

Mulheres num mundo carcerário: olhares sobre disciplina e poder¹

Women in a Prison World: Viewpoints on Discipline and Power

Anna Carolina Martins Silva

Graduada em Enfermagem e mestre em Enfermagem pela Universidade Federal de São Paulo. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Saúde, Políticas Públicas e Sociais. Extensionista no Programa de Extensão Com-Unidade e Projeto de Extensão Periferia dos Sonhos.

E-mail: anncarolina@outlook.com.br

RESUMO

Estar na prisão permite captar cheiros, formas e cores impregnadas nas paredes e também, nas palavras, silêncios e gestos das mulheres que estão encarceradas. Este artigo é parte de um estudo, de natureza qualitativa, utilizou como método a História Oral Temática, com o objetivo de conhecer o cotidiano prisional a partir de histórias contadas por mulheres que cumprem pena em privação de liberdade em uma unidade prisional de São Paulo. O poder disciplinar, que é tão próprio das instituições totais e totalizantes como a prisão, permite vivências controladas e no contato com tais mulheres é possível compreender as realidades vividas por elas, que encarceradas criam formas de resistência e reinventam o cotidiano.

PALAVRAS-CHAVE

Mulheres – Prisões – Narrativa

ABSTRACT

In prisons is possible capture smells, shapes and colors impregnated in the walls and also, in the words, silences and gestures of women who are incarcerated. This article is part of a study, qualitative, used as a method to thematic oral history, with the aim of knowing the prison everyday life from stories told by women in a prison in São Paulo. The disciplinary power, which is characteristic of total and totalizing institutions, such as the prison, allows controlled experiences and in contact with these women we can understand the realities experienced by them, that incarcerated create forms of resistance and reinvent daily life.

KEY WORDS

Women – Prisons – Narration

1. Este artigo foi construído a partir do texto completo do estudo intitulado "Mulheres num mundo carcerário", apresentado para a Escola Paulista de Enfermagem (EPE) da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) para obtenção do título de Mestre em Ciências com orientação de Ana Cristina Passarella Brêtas. O projeto de pesquisa inicial foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de São Paulo CEP/Unifesp 0942/11 e posteriormente pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Secretaria da Administração Penitenciária CEP/SAP 018/2011.



Pra começar:

“A prisão? É um lugar, vou falar pra você... A prisão, eu sempre falo pra todo mundo, é o lugar pra você refletir tudo que fez na sua vida, de bom e ruim. Até o que você imaginou que não poderia vir na sua memória, volta.” Foi assim que uma mulher da Penitenciária Feminina de Sant’Ana (PFS), uma unidade prisional feminina e de sistema fechado, localizada na zona norte da cidade de São Paulo, definiu a prisão enquanto conversávamos.

As conversas sobre as quais me refiro aconteceram durante a coleta de dados realizada para construção da minha dissertação de mestrado.

“O crescimento da população carcerária nos últimos 23 anos (1990-2013) chegou a 507% (de 90 mil presos para 574.027). A população brasileira (nos anos indicados) cresceu 36%. Só nos últimos 10 anos (2003-2013), o aumento foi de 86% e, a população brasileira cresceu menos de 15%.” (GOMES, 2015)

Analisando especificamente os números relacionados à mulher encarcerada os dados do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) revelam que o número de presas passou de 10.112 no ano 2000 para 35.039 em 2012. O Ministério da Justiça publicou em 2015 um documento da série “Pensando o Direito” intitulado “Dar à luz na sombra” que revela que “entre 2000 e 2012 a população carcerária masculina cresceu 130%, a feminina cresceu 246%” (MINISTÉRIO da JUSTIÇA, 2015, p.15).

Os dados do Institute for Prison Studies¹ mostram que o Brasil está entre as quatro nações que mais encarceram no mundo. Entretanto desde 2014, os dados divulgados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) mostram que o número total de detentos fez com que o Brasil mudasse de posição no ranking dos países com maior população encarcerada, atualmente perdendo para os EUA e China. (BENITES, 2014)

Mesmo com números que muitas vezes não se encontram pelas informações divulgadas pela Secretaria da Administração Penitenciária (SAP) em São Paulo e pelo CNJ e DEPEN em nível nacional, algo é claro no Brasil: aqui se prende muito e, o encarceramento brasileiro além de massivo tem



2. O Institute for Prison Studies, mantém um sistema de dados online com resultados de pesquisas sobre prisões de todo o mundo. O endereço para acesso é: <http://www.prisonstudies.org>.

um caráter seletivo, no qual as pessoas presas “são justamente aquelas mais vulneráveis à relativização de direitos sociais” (VALENTE, 2013). O aumento do número de mulheres presas mostra que “o caráter patriarcal do sistema penal revela traços extremamente cruéis e sintomáticos do machismo elevado à máxima potência”. (CARTA CAPITAL, 2013)

A relação da mulher com o poder punitivo está diretamente relacionada à vulnerabilidade social e de gênero e, quando presa, essas questões continuam sendo estruturais para compreender o modo no qual o encarceramento será vivenciado. “É que a prisão, tanto pela privação da liberdade, quanto pelos abusos que ocorrem em seu interior, parece ser apenas mais um elo de uma cadeia de múltiplas violências que conformam a trajetória de uma parte da população feminina”. (SOARES; ILGENFRITZ, 2002, p. 126). E também “sublinha que: vivemos numa sociedade em que se pretende construir, no plano do discurso teórico, uma ciência social para a humanidade como um todo, enquanto que, no plano das relações sociais concretas, a mulher é discriminada em quase todos os sentidos”. (PERRUCCI, 1983, p. 16)



As relações sociais para Foucault (2009) são constituídas pelas relações de poder, dentro e fora do ambiente prisional; esse poder investe sobre as instituições com a intenção de tornar o indivíduo útil, dócil e disciplinado através do trabalho. Assim o corpo do indivíduo estará submetido a um controle detalhado e minucioso, o que influenciará seus gestos, hábitos, atitudes, comportamento. “Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as ‘disciplinas.’” (FOUCAULT, 2009, p.133).

Para Goffman, as prisões são instituições totais, por nutrirem uma tensão persistente que é usada como “força estratégica no controle de homens” (2013, p. 24) e mulheres, esse controle além de vigiar as encarceradas, pretende corrigi-las a partir do momento em que muito além de excluir pessoas, as inclui em um sistema de normas. E é por isso que o espaço prisional demanda formas de convívio social únicas entre presas e não presas.

Também se coloca como instituição total por ter sua movimentação em conjunto, na qual todas as atividades são coletivas, o que não é ocasional. Estas características possibilitam maior controle das situações e facilitam a vigi-

lância sobre os internos e as internas. Quando o indivíduo entra em uma instituição total “... começa uma série de rebaixamentos, degradações, humilhações e profanações do eu. O seu eu é sistematicamente, embora muitas vezes não intencionalmente, mortificado” (GOFFMAN, 2013, p.24). A mortificação do eu, citada pelo autor, se dá pelo excesso de normas que exige também um excesso de vigilância, que é então impeditivo da privacidade.

“A instituição total é um híbrido social, parcialmente comunidade residencial, parcialmente organização formal; aí reside seu especial interesse sociológico. (...) Em nossa sociedade, são as estufas para mudar pessoas; cada uma é um experimento natural sobre o que se pode fazer ao eu.” (GOFFMAN, 2013, p. 22)

“As relações de poder são, antes de tudo, produtivas” (FOUCAULT, 2003, p. 236), ultrapassando a sua função mais evidente de proibição. Com o uso do poder, como é o caso das intuições totais, abre-se espaço para criação de formas de resistência. Essa resistência das mulheres, como resposta ao poder que as controla, garante que surja um poder “periférico” e que assim se configure a relação de micropoderes.

A prisão na Idade Moderna, entendida como pena, é decorrente da evolução e da soma dos processos históricos e das relações sociais. Como descrito no livro *Falência da Pena de Prisão* (BITENCOURT, 2011) na Antiguidade a prisão muito mais do que castigo era colocada como espaço para custódia daqueles que aguardavam execução das condenações. Os espaços que serviam para esse fim eram os piores possíveis e a tortura se justificava como um modo de obter as informações mais contundentes.

Na Idade Média, a lei penal objetivava o medo coletivo e as sanções criminais “estavam submetidas ao arbítrio dos governantes, que as impunham em função do status social a quem pertencia o réu” (BITENCOURT, 2011). Foi então que a prisão de Estado e a eclesiástica surgiram, a primeira garantindo que adversários ou inimigos do poder (real ou senhorial) fossem recolhidos quando cometessem delitos de traição até que tivessem o perdão ou a verdadeira pena aplicada, como a mutilação ou morte. E a outra, revelada pela Igreja, era o destino dos clérigos rebeldes que, recolhidos em uma área dos mosteiros, pudessem se arrepender dos mal causado por meio da penitência e da oração.



Na Idade Moderna, nos séculos XVI e XVII, as guerras evidenciavam a presença de vítimas da pobreza que subsistiam dos modos variados e nem sempre justos. A pena de morte claramente não era o melhor modo de punição, uma vez que não era aplicável em todos os casos.

A partir daí iniciou-se um movimento que instaura prisões para corrigir os apenados, nesse espaço o trabalho e a disciplina são os caminhos para a reabilitação do delinquente e submissão ao sistema capitalista em vigor. Nessa perspectiva já se percebe o quanto pretendia muito mais domar os corpos dóceis do que corrigir condutas e, que ainda a pena mantinha o efeito de prevenção para a população externa, uma vez que intimidava. E foi nesse período que a pena e, conseqüentemente, o tédio e a tirania possibilitaram o surgimento de uma cultura própria do cárcere, a partir do momento em que os indivíduos que conviviam presos forçadamente assimilavam e reproduziam costumes que se configuravam como leis próprias.

Ao longo dos anos a prisão serviu a diferentes lógicas, para afastar pessoas consideradas perigosas, reabilitá-las para o convívio social, afirmar autoridade perante classes e, em qualquer um dos casos ela foi e ainda é legitimada e justificada pela existência das penas. Assim, prisão é resultado final do poder que pune. A mulher estando em situação de encarceramento é colocada em uma situação adversa e suas reações conformam as percepções, demandas e vivências que são expressas em suas histórias.

A adaptação que ocorre ao longo da reclusão é uma maneira de incorporar novos costumes, maneiras de falar e agir, sentimentos que permitam a sobrevivência na instituição total. Muito do que antes existia é então perdido, inicia-se o processo de mortificação do eu, como colocado por Goffman (2013). Suprimindo as próprias concepções para permitir uma reorganização e reestruturação pessoal, por meio desse poder disciplinar, as mulheres estarão, sobretudo, controladas.

Retomando o estudo...

Neste artigo apresentarei o eixo temático “Disciplina e poder: Morto! Vivo! Vivo! Morto! Vivo!” do estudo em questão, que tinha o objetivo de conhecer o cotidiano prisional a partir de histórias contadas por seis mulheres que cumpriam pena em privação de liberdade e compreender as realidades



vividas por elas no sistema penitenciário. Utilizei o método da História Oral, na forma da História Oral Temática que tem o indivíduo como fonte, mas sua referência vai além quando:

“o indivíduo que conta sua história, ou dá seu relato de vida não constitui ele próprio o objeto de estudo; a narrativa constitui a matéria prima para o conhecimento sociológico que busca, através do indivíduo e da realidade por ele vivida, apreender as relações sociais em que se insere em sua dinâmica.” (LANG, 1996, p.36)

Para o desenvolvimento da pesquisa solicitei às mulheres que abordassem, especificamente, determinados aspectos de suas vidas relacionados a histórias no sistema penitenciário. Empreguei a temática da entrevista fundamentada na premissa de que é possível dar voz à memória de sujeitos, anônimos ou não, e através da singularidade de seus depoimentos contribuir com a construção e preservação da memória coletiva. (THOMPSON, 1992; BOSI, 1987). Entretanto, por mais que se deva à memória coletiva, é o indivíduo que recorda, é ele que tem acesso aos objetos, reminiscências do passado (BOSI, 1987), o que me leva afirmar que é fundamental o respeito à memória individual, pois cada depoimento é útil na medida em que retrata uma experiência; e é essa singularidade e especificidade que permite a constatação e a formação do imaginário coletivo.

Para Thompson (1992, p.44) “a História Oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga o seu campo de ação.” Dar voz a sujeitos anônimos, permite a revelação de acontecimentos e experiências que não se encontram nos documentos escritos.

Neste artigo, para assegurar o sigilo acordado com elas, optei por identificá-las por letras não relacionadas aos seus nomes: A., C., D., F., J. e V. Eu conheci as mulheres inicialmente pelos seus nomes completos, números de matrícula, cela e pavilhão e data de entrada na unidade; eram essas as informações que algumas funcionárias da PFS me ofereceram ao mostrar as folhas sulfite encadernadas com mais de 2000 nomes, de todas aquelas que estavam presas naqueles dias³. Foi assim, aleatoriamente, que escolhi



2. O Institute for Prison Studies, mantém um sistema de dados online com resultados de pesquisas sobre prisões de todo o mundo. O endereço para acesso é: <http://www.prisonstudies.org>.

as mulheres que contribuíram com a escrita deste trabalho, somente com a necessidade de atualizar uma vez a primeira escolha, devido a saídas e impossibilidade de nossos encontros.

Entrar na prisão permitiu captar cheiros, formas e cores impregnadas nas paredes e, foram as mulheres desse mundo carcerário que por palavras, silêncios e gestos me aproximaram do cotidiano em que vivem, enquanto conversávamos e registrávamos o encontro a partir do áudio gravado e de anotações em um diário de campo.

A História Oral de uma maneira geral e a História Oral Temática em particular apresentam dois tempos dependentes e interligados: o tempo da constituição de um documento e o tempo da análise do produto obtido. O documento é construído por meio de entrevistas e observação direta de situações relacionadas ao objeto.

Por sua vez, para a análise do produto deste estudo, ocorreram as etapas de ordenação dos dados obtidos por meio das entrevistas, da observação de campo e dos referenciais bibliográficos; transcrição das entrevistas em sua totalidade, sem alterações na estrutura do diálogo, buscando conservar a maioria dos detalhes (BOURDIEU, 1997); reordenação das entrevistas adotando o recurso da transcrição.

Nesse momento, como propõe Bourdieu (1997), há uma intenção de orientar a atenção de quem lê àquilo que se julga pertinente. A leitura do texto transcrito e principalmente daquele obtido a partir da transcrição se preocupou em extrair as sutilezas nas falas, captando os olhares daquelas mulheres a partir das colocações orais e também as expressões do corpo e do próprio ambiente; definição de eixos temáticos, entre eles o “Disciplina e poder: Morto! Vivo! Vivo! Morto! Vivo!”, a partir de releituras criteriosas dos dados empíricos.

Disciplina e poder: morto! Vivo! Vivo! Morto! Vivo!

Assim como no jogo onde um(a) mestre indica qual postura o corpo deve adotar a partir da ordem de vida ou morte, a penitenciária está rodeada de modos, por vezes até sutis, que vigiam aquelas que estão encarceradas. As prisões utilizam um aparato que disciplina encarcerados e encarceradas, dessa forma, ao serem vigiadas as mulheres estão visíveis e expostas e



assim minuciosamente controladas. O olhar, na penitenciária, “está alerta em toda parte”. (FOUCAULT, 2009). A visibilidade, em plena luz e com um olhar que vigia, retira do indivíduo a proteção e pretende colocá-lo em uma situação de fragilidade.

Nas primeiras “experiências” de aprisionar e punir, a repressão penal inicialmente tinha como alvo o corpo, mas, com o passar do tempo a exposição das marcas do castigo saem de cena. O criminoso quando exposto pelas suas marcas era um corpo frágil que servia de objeto de piedade diante dos cidadãos, colocando a figura de quem pune como alguém que estimula e pratica publicamente a violência. A pena então deveria causar “no espírito do povo a impressão mais eficaz e durável e a menos cruel sobre o culpado”. (FOUCAULT, 2009, p. 91). Ainda assim, as mulheres com quem conversei contavam das marcas físicas, que distanciavam da ideia de prisão incorpórea trazida por Foucault (2009, p.13).

O Grupo de Intervenção Rápida (GIR) é uma equipe externa às unidades, usada em algumas situações de averiguação de celas, controle da ordem esperada e tida como correta e, quando entra nas celas “*batem nas meninas, bate muito.*” Em um dos dias de *blitz*, uma mulher me contou que eles “*entraram e formaram ali, quem estava pra fora apanhou, quem estava trancado encostou na parede e bagunçaram*”. J. me disse que necessidade de se calar na presença dos homens dessa equipe e da impossibilidade de associar a ação a um agente específico, em vista da rapidez com que ocorre.

F. me explicou sem rodeios, imitando a batida do GIR na porta das celas, mas, D. por sua vez estava desconfortável com o tema. É possível pensar que falar do GIR é falar de episódios de violência e conseqüentemente de repressão dentro do cárcere, escancarando também o poder e dominação de tais homens quando se relacionam com aquelas que além de cumprirem uma pena, são mulheres. D. enxergava a situação de outro modo, ao descrever a ação do GIR falou que aquilo não era “*violência não, é só bagunça mesmo, eles atira pra cima*”.

A prisão assim, com pouca luz e altos muros,

“torna-se assunto de desconfiança para os cidadãos; supõem facilmente que lá se cometem grandes injustiças. Há certamente alguma coisa



que vai mal, quando a lei, que é feita para o bem da multidão, em vez de exercitar o seu reconhecimento, excita continuamente seus murmúrios.

“A prisão, essa região mais sombria do aparelho de justiça, é o local onde o poder de punir, que não ousa mais se exercer com o rosto descoberto, organiza silenciosamente um campo de objetividade em que o castigo poderá funcionar em plena luz como terapêutica e a sentença se inscrever entre os discursos do saber. Compreende-se que a justiça tenha adotado tão facilmente uma prisão que não fora, entretanto filha de seus pensamentos. Ela lhe era agradecida por isso”. (FOUCAULT, 2009, p. 242).

Não só a relação com o GIR é problemática, como em alguns casos com a equipe dirigente da unidade, que é aquela que compartilha o cotidiano com as encarceradas e que como dito por uma funcionária que encontrou V. no momento da entrevista, de algum modo está também presa. A. me contou do dia em que mesmo sabendo que seria levada ao castigo, agrediu uma funcionária. F. disse sobre o controle da vida dentro do ambiente prisional, esclarecendo que “do portão pra dentro é a gente mesmo” que tem o poder e que as funcionárias, como disse também A., por não participarem plenamente do dia a dia do pavilhão, não sabem de tudo que lá acontece ou “às vezes finge, sei lá”. F. acha que independente de como se dê a relação e o envolvimento é “entre aspas que ninguém fica sabendo (do que acontece no pavilhão) porque a polícia sabe mais do que nós. Sabe mais do que eu que tô presa lá dentro”.

F. deixou claro que o poder é de todas as mulheres na PFS, esclarecendo que mesmo com uma facção dentro da unidade quem mandava era “nóis” e “não só elas”, do Primeiro Comando da Capital (PCC). Para D. “a cadeia que tá o comando é bem melhor, não tem tanta morte. Entendeu? As pessoas procura vê o que elas vai fazer antes, o que não pode”.

Foi J. quem deu pistas sobre a necessidade do PCC para ordenar e resolver algumas questões do cotidiano, já que com ele existe “regra pra ser seguida”. Ela não quis falar muito sobre o assunto, encerrando ao afirmar que “só quem está aqui que sabe”.

Para equilibrar as forças que mantém a ordem na relação de presas (do PCC e/ou não) e equipe dirigente J. precisava dar “uma surtada” às vezes, ela via essa reação como a possibilidade para garantir a atenção dos fun-



cionários. Os funcionários, segundo ela, já que são minoria nos pavilhões evitam a bagunça e, é assim que “*eles amenizam bem*”.

D. me falou da “*concordância*” entre as encarceradas para que as coisas fluam e é por isso que: “as relações de poder dentro das instituições prisionais se apresentam dinâmicas e podem exigir diferentes níveis de análise: hierarquias entre os grupos de funcionários, entre oficiais e entre a população carcerária, além de relações hierárquicas intergrupais”. (FRINHANI; SOUZA, 2005, p. 62) A hierarquia entre a população carcerária era nítida quando D. contava das mulheres, que por chegarem depois de outras que ocupavam a cela precisavam dormir no chão, chamado de “*praia*” e também pela impressão de A. da vida boa que algumas presas tinham, inclusive ao oferecerem para ela o trabalho de limpeza de outras celas. F. disse do poder das companheiras do PCC, já que elas “*têm tudo. Tudo, tudo*”.

Com a fragmentação do poder na prisão, surgem inúmeros micropoderes, presentes em múltiplos espaços e relações. Isso fica claro quando as mulheres que trabalhavam no setor da Saúde da unidade prisional diziam interferir no acesso das mulheres aos atendimentos ou a procedimentos simples, como aferir a pressão arterial. As outras mulheres presas, de algum modo, se submetiam as regras estabelecidas pelas trabalhadoras da Saúde, por vezes desconhecendo os procedimentos ou manifestações do corpo e por outras, devido não ter outra possibilidade a não ser a de olhar para as trabalhadoras desse setor como detentoras de algum tipo de poder. V., que era da Saúde, dizia que “*se você dá um veneno (...), ela toma*”.

A equipe dirigente também garante algumas liberdades para as mulheres da Saúde (o que também confere poder), V. me contou que informava as funcionárias sobre seus encaminhamentos das mulheres que adoeceram com apenas: “*senhora tô levando*”, sem demais explicações. Essa relação mais próxima da equipe dirigente, no caso de V., também estava muito associada ao tempo de cumprimento da sua pena (o mais longo da unidade, segundo ela) F., também da Saúde, se vangloriava da “*amiga guarda*” e das bolachas recebidas por elas. As guardas eram chamadas de “*polícia*” e “*senhora*” a todo tempo pelas mulheres, quando se referiam às agentes de segurança prisional (ASP).



Existia também espaço para uma relação harmoniosa entre a população carcerária e as funcionárias, F. enxergava uma equipe dirigente “*muito respeitadora*” e tinha abertura para conversar com as funcionárias quando havia desrespeito.

O poder não era só aquele das mulheres presas e da equipe dirigente, no cárcere a religião e a família eram decisivas para o enfrentamento dos dias. F. lia a Bíblia para não matar uma companheira e uma funcionária interrompeu uma das entrevistas para lembrar V. da necessidade de “*pagar uma promessinha (...) seja crente ou católica*” quando sua longa pena terminasse. A família por sua vez, exercia diferentes papéis: disciplina por meio da cobrança de valores morais, ao estabelecer o elo entre mundo de fora e a vida na prisão dá subsídios para manter algum padrão de vida ou para acessar bens de consumo básicos, não supridos pelo Estado.

Entrar e sair da unidade poderiam ser também momentos para encontrar outros exemplos do poder que está entre presas e equipe dirigente. F. lembrou a escolta utilizada para acompanhar os trajetos para fora da unidade, chamados de *bondes*, dizendo que o aparato utilizado poderia fazer qualquer um(a) pensar sobre o perigo que ela, enquanto presa, apresentava a sociedade – algo que logo era minimizado, quando descobrissem os reais motivos que a levaram ao cárcere. C. que foi quem mais manifestou sentir-se constrangida pela escolta, contou da vergonha por descer “*descabelada*” do bonde e seguir até a avaliação médica algemada e acompanhada por homens armados, por exemplo. Foi contando sobre a sua ida a um hospital que C. deu um exemplo sobre o uso do poder no controle das ações dos corpos quando ao chegar com a escolta, algemas e armas ao redor, o seu crime e a certeza da sua pena estavam enfatizados. O estigma era antes associado a sinais corporais (GOFFMAN, 2013, p. 11) e sua representação atual é associada a algo de mal, que deve ser evitado e é ameaça a sociedade. Assim, o estigma é um atributo que produzia descrédito na vida dessas mulheres e, C. se sentia constrangida ao sair da prisão e encontrar novamente a rua. O estigma é um elo entre o indivíduo e a instituição, uma ligação que garante as marcas que a prisão coloca.

Para andar no bonde, elas permaneciam somente com “*meia e chinelo*”, sem “*brinco, nada no cabelo, nada e nada*”. V. me contou da regra de “*não olhar pros homens*” que encontrarem pelo caminho. E assim: “o corpo humano



entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o re-compõe” (FOUCAULT, 2009, p. 133).

Os mecanismos de normalização que tem como ponto de fixação os corpos dos indivíduos são denominados de disciplina. A normalização disciplinar demarca espaços a serem ocupados, controla o tempo em que estabelece sequências e ordenações das atividades e conduz ao adestramento e ao controle permanente. É assim que acontece na prisão, instituição total e totalizante. Segundo Goffman “uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada” (2013, p. 11). E para ele também,

“a instituição total é um híbrido social, parcialmente comunidade residencial, parcialmente organização formal; aí reside seu especial interesse sociológico. (...) Em nossa sociedade, são as estufas para mudar pessoas; cada uma é um experimento natural sobre o que se pode fazer ao eu. (2013, p. 22)

Não só total, as prisões são instituições totalizantes, no sentido de que caminham para o controle total dos corpos que lá estão. Nesse sentido, como D. contou, ocorre que *“roupa colorida não pode ter”*.

O uso do uniforme era uma medida de segurança e, um identificador da massa prisional, pois, o simples fato de escolher a roupa mostra a intenção de impedir a deliberação sobre aspectos pequenos da existência, assim, como o tempo e o momento de um banho quente que tem horário específico e em *“dez ou quinze minutos pra todo mundo”*.

As disciplinas, organizando as “celas”, os “lugares” e as “fileiras”, criam espaços complexos: ao mesmo tempo arquiteturais, funcionais e hierárquicos. São espaços que realizam a fixação e permitem a circulação; recortam segmentos individuais e estabelecem ligações operatórias; marcam lugares e indicam valores; garantem a obediência dos indivíduos, mas também uma melhor economia do tempo e dos gestos [...]. A primeira das grandes operações da disciplina é então a constituição de “quadros vivos” que transformam as multidões confusas, inúteis ou perigosas em multiplicidades organizadas. (FOUCAULT, 2009, p. 142)



Algumas mulheres se revoltavam com as situações experimentadas no cárcere, como quando A. quebrou a cela onde estava. Essa revolta não é só relacionada às ausências da equipe dirigente, mas, também da equipe da *Saúde*. A. resumia a sua revolta no chamado “*surto de Maria Bethânia*”, um nome de batismo para sua reação nos momentos de estresse. Assumir algumas posturas, como essa, fazia com que algumas sanções chegassem a quem estivesse presa. A. disse sobre os julgamentos da cadeia, V. sobre o castigo e F. falou que “*tudo você paga*” na prisão.

A disciplina, também na arquitetura, era vista por C. como a certeza do limite e estava materializada nas grades. Ela me disse que a grade “*paralisa e lembra que você está excluída. Você acaba se sentindo uma exclusão, eu, ali e amarrado*”. E era a ausência de movimento de C. que encontrou com o que a postura inerte que J. manifestou quando esperava da equipe dirigente alguma disposição para que as coisas fluíssem de uma boa maneira. Ela mostrou as duas opções: lidar sozinha com as dificuldades do cárcere ou contar com a família.



C. me questionou se a prisão a que eu me referia a todo o momento era a que ela nomeava como psicológica e, isso me levou a pensar que além dos limites físicos há também alguns invisíveis (que poderiam ser os “psicológicos”). Como trazido no livro *Vigiar e Punir*, “os muros são a punição do crime; a cela põe o detendo em presença de si mesmo; ele é forçado a ouvir sua consciência” (FOUCAULT, 2009, p. 225).

Ouvir a si mesmo nem sempre leva essas mulheres aos limites que o cárcere impõe. V. me disse que “*sou livre, verdadeiramente eu me sinto livre, eu não me sinto presa. Eu sou presa, eu tenho uma matrícula por sinal antiga, tenho responsabilidades, sou reeducanda independente do trabalho que eu faço e tem a ética também. Mas eu me sinto livre e não me sinto presa, quando eu saio da minha porta pra fora é como se eu fosse uma profissional e eu tenho que trabalhar.*”

O termo reeducar foi citado por V., quando ela também afirmou que a reeducação era o papel cumprido pela prisão. Esse educar de novo não parece ser atingido pelo espaço prisional, uma vez que o que se observa é a ausência de liberdade em todas as manifestações. Uniformizar os corpos, não só com roupas, não se aproxima da prática libertária que a educação em que eu acredito prevê.

F., por sua vez, contestava a educação no ambiente prisional, quando observa como único exemplo, o uso de “*senhoras*” e “*senhores*” para falar com desconhecidas e desconhecidos.

Os corpos das mulheres presas se tornavam úteis e dóceis diante de quem pune e submeter-se a isso era abrir espaço para a imposição de regras e normas disciplinares. E é assim que punição se colocava como processo para treinar corpos e deixa traços que transformam hábitos e posteriormente comportamentos. A. me contou dos movimentos que fazia nos dias de *blitz*: “*sentar de frente, de costas pra companheira. Senta e põe os pé atrás dela. Cruza as perna e fica assim. Um tempão, dá até câimbra nas perna*”. A falta de informação também e o papel que assumem, de pouco protagonismo diante das próprias vidas, como quando A. dizia não saber dos seus exames, também é um indicativo de que estavam mais dóceis.

“A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos ‘dóceis’. A disciplina aumenta as forças dos corpos (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência) [...] a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e a dominação acentuada” (FOUCAULT, 2009, p. 133).



C. aparentava sentir medo nas vezes em que mudou o tom de voz, um medo de falar sobre suas inseguranças. Conforme as mulheres se acostumavam com a realidade do cárcere, o medo diminuía e com D. aconteceu assim: no começo se trancava e “*agora tudo é normal, tudo normal*”. Para F. o desenrolar da *blitz* estava muito associado às sensações das mulheres ao encontrar os agentes do GIR. Quando elas, sem medo ou instaurando outro poder na relação com esses homens – para a própria defesa ou para defesa dos seus espaços – respondiam para eles, estavam se colocando a prova e sendo, de algum modo, permissivas à violência física.

Mesmo que pareça menos cruel, quando comparado com a força e a mutilação evidente dos sistemas punitivos antigos, o sistema que ainda hoje vemos nas prisões brasileiras com o discurso de educar e ressocializar pessoas repete erros e esconde fortes relações de poder; ele garante um ambiente que restringe o poder de algumas mãos e dá a outras uma força por vezes violenta.

Concluindo

O crime e o encarceramento estão inseridos no cotidiano e na vida social e, escancaram as relações de poder entre as pessoas, principalmente por envolver em um dos lados dessa relação aqueles e aquelas que assumem posições e posturas disciplinatórias. As mulheres presas estão inseridas em um contexto de exclusão do convívio social, vigiadas por outras; a construção é fria, há rigidez no padrão e excesso de normas; são locais que estão desconexos com a realidade externa, é um mundo a parte que só é apresentado para quem entra e quem está presa. É o espaço destinado para vida de pessoas privadas da liberdade de ir e vir pelas ruas, que permite uma vida reduzida aos metros que o compõe.

O contato com as mulheres encarceradas fez perceber que dentro da prisão cada fato tem uma dimensão diferente das noções que são concebidas na rua. O sistema prisional como um todo e os trechos da vida de cada uma das mulheres, quando somados ao tempo lento marcado na ausência do relógio, ganham proporções que não são apreendidas em um passar de olhos, principalmente pela certeza de que nem tudo o que acontece entre grades é visto.

Os relatos das mulheres sobre a disciplina e o poder na PFS não podem ser generalizados, pois retratam essa experiência que é única, mas, indicam pistas das (sobre)vivências no cárcere. As mulheres da Penitenciária Feminina de Sant'Ana têm histórias próprias, mas, em certa medida, é um retrato do cotidiano de qualquer outra prisão. As vozes delas me contaram sobre os “punhados de vida” (GOFFMAN, 2013, p.66) que surgem para superar as grades e como isso dá sentido ao encarceramento.

O sistema prisional como um todo e os trechos da vida de cada uma das mulheres, quando somados ao tempo lento marcado na ausência do relógio, ganham proporções que não são apreendidas em um passar de olhos, principalmente pela certeza de que nem tudo o que acontece entre grades é visto. A prisão, instituição total e totalizante, demanda olhar de perto para ouvir e é assim que se torna possível a relação com as mulheres, além de seus delitos e essa aproximação considera quem são, como vivem e quais são os sentidos que as mulheres encarceradas atribuem as suas vidas.



Referências bibliográficas

- BENELLI, Sívio José. *A instituição total como agência de produção de subjetividade na sociedade disciplinar*. Estudos de Psicologia, Campinas, v. 21, n. 3, p.237-252, dez. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/readcube/epdf.php?doi=10.1590/S0103-166X2004000300008&pid=S0103-166X2004000300008&pdf_path=estpsi/v21n3/v21n3a08.pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 jun.2015.
- BENITES, Afonso. *Na contramão dos grandes países, Brasil aumenta o número de Presos*. 2014. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2014/12/04/politica/1417719782_496540.html>. Acesso em: 10 jun. 2015.
- BITENCOURT, Cezar Roberto. *Falência da pena de prisão: causas e alternativas*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembrança de velhos*. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 1987
- BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. (Org.). *Dar à luz na sombra*. 2015. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/noticias/201clugar-de-crianca-nao-e-na-prisao-nem-longe-de-sua-133>>
- BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. *Departamento Penitenciário Nacional: Relatório Estatístico Analítico*. Brasília: 2012. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br>>. mae201diz-pesquisa/pesquisa-dar-a-luz-na-sombra-1.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2015.
- CARTA CAPITAL. *Agenda para a política prisional*. 2013. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/agenda-para-a-politica-prisional-1057.html>>. Acesso em: 10 jun. 2015.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: histórias da violência nas prisões*. 37.ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 18. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003.
- FRINHANI, Fernanda de Magalhães Dias; SOUZA, Lídio. *Mulheres encarceradas e espaço prisional: uma análise de representações sociais*. Psicol. Teor. Prát. v. 7, n. 1, jun 2005. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1516-36872005000100006&script=sci_arttext>. Acesso em: 17 jun. 2015.
- GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- GOMES, Luiz Flávio. *Colapso do sistema penitenciário: tragédias anunciadas*. 2015. Disponível em: <<http://institutoavantebrasil.com.br/colapso-do-sistema-penitenciariotragedias-anunciadas/>>. Acesso em: 17 jun. 2015.
- LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. História Oral: muitas dúvidas, poucas certezas e uma proposta. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *(Re)introduzindo História Oral no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1996, (Série Eventos). p.33-47.
- PERRUCCI, Maud Fragoso de Albuquerque Perruci. *Mulheres encarceradas*. São Paulo: Global; 1983.
- SOARES, Bárbara Musumeci; ILGENFRITZ, Iara. Prisioneiras: *vida e violência atrás das grades*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. 152 p. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=dCnqIBT_Ml0C&printsec=frontcover&hl=pt--BR#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 10 jun. 2015.
- THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- VALENTE, Rodolfo de Almeida. *O mundo encarcerado*. 2013. Disponível em: <<http://carceraria.org.br/o-mundo-encarcerado.html#sthash.X5xMN4Gs.dpuf>>. Acesso em: 11 maio 2015.

